

Agora é lei: mudanças sobre o controle de incentivo fiscal

A lei que criou regras para a concessão e controle de incentivos fiscais - Lei 7.495/16 - foi modificada, com a alteração em prazos para a prestação de contas das empresas beneficiadas junto ao Sistema de Governança de Incentivos Fiscais e Transparência (Sisgift), órgão do Governo do Estado. **Pág 02**

Governo vai liberar crédito extraordinário para intervenção no Rio de Janeiro

O presidente Michel Temer reuniu-se com ministros na noite de domingo (18) no Palácio da Alvorada, em Brasília, para tratar do tema segurança pública. Na saída da reunião, o ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira, disse que o governo irá liberar um crédito extraordinário para a intervenção. **Pág 03**

Mudança do clima ameaça vidas nas áreas mais biodiversas da Terra

As regiões mais ricas em biodiversidade do mundo, como a Amazônia e Galápagos, podem perder mais de 50% de suas espécies animais e mais de 60% das espécies de plantas nas próximas oito décadas, se os países não se comprometerem seriamente a reduzir suas emissões de gases. **Pág 02**

Agora é lei: regras para uso de asfalto ecológico em rodovias estaduais são alteradas

A Lei 7.617/17, que prioriza o uso de asfalto produzido com borracha de pneus reciclados, acaba de ser alterada. A modificação foi feita através da Lei 7.913/18, que adequa a norma anterior às regras técnicas de engenharia do Departamento de Estradas de Rodagem do Rio de Janeiro (DER-RJ). A medida, de autoria dos deputados André Ceciliano (PT), Carlos Minc (PSB). **Pág 04**

Agricultura suspende temporariamente venda de carne de frango à União Europeia



Divulgação

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento anunciou na sexta-feira (16) a suspensão temporária das exportações de carne de frango da empresa BRF para a União Europeia. A medida atinge três plantas frigoríficas de Santa Catarina, localizadas nos municípios de Concórdia, Chapecó e Capinzal, que ficam impedidas de vender para o bloco europeu.

A medida é preventiva e temporária, enquanto o país presta esclarecimentos sobre as denúncias da terceira fase da Operação Carne Fraca, informou o ministério. "Nesta semana, técnicos do Ministério da Agricultura irão até Bruxelas para reunião com autoridades sanitárias da União Europeia. **Pág 03**

Deputado Federal Luiz Sérgio visita Cantagalo e acompanha de perto obras em andamento no município

Divulgação: cantagalo.rj.gov.br



Deputado Federal Luiz Sérgio, recepcionado pelo Prefeito Guga de Paula

Em mais uma visita ao município de Cantagalo, o Deputado Federal Luiz Sérgio, recepcionado pelo Prefeito Guga de Paula e sua equipe, pôde nesta oportunidade visitar as obras que estão em andamento graças a recursos destinados para a cidade através de emenda parlamentar proposta por Ele. Inicialmente visitan-

do as obras de contenção que estão sendo realizadas na Rua Vereador Francisco Eugênio Viera, do tipo cortina atirantanda. Uma importante obra que visa garantir a segurança de todos nesta localidade bem como assegurar que uma das principais vias do centro do município permaneça sem riscos de deslizamentos. **Pág 04**

Cordeiro conquista imóvel para o IFF junto ao Governo do Estado

Divulgação



Autoridades cordeirenses e governador Pezão durante assinatura da cessão

"Uma data para ser muito comemorada". Essas foram as palavras do prefeito de Cordeiro, Luciano Batinha, ao deixar o encontro realizado na segunda-feira, 12, no Palácio Guanabara, sede do Governo do Estado do Rio de Janeiro, do qual participou com o governador Luiz Fernando Pezão e o secretário de Educação, Wagner Vícter. **Pág 04**

Junto da vice-prefeita, Maria Helena; do secretário estadual de Governo, Affonso Monnerat; do reitor do IFF, Jefferson Azevedo; do deputado estadual, Luiz Martins; e dos vereadores Furtuoso Lopes, Jussara Barada e Fabíola Bianchini; e do diretor da Unidade de Formação Cordeiro. **Pág 04**

Projeto que ativa infiltração da água no solo abrange 400 mil hectares de mata

Divulgação



Projeto que ativa infiltração da água no solo

Quando chove, a água tem dois destinos: ou se infiltra no solo ou escoar superficialmente. A água que escoar rapidamente pela superfície leva algumas horas para chegar ao rio e, além de causar erosão e enchentes, não é usada porque só existe quando se tem muita chuva. A água que se infiltra no solo leva alguns meses

para chegar ao rio; fica reservada, guardada, e pode ser usada no período seco nas atividades econômicas, como irrigação, indústria e abastecimento das cidades.

Produzir água significa transferir boa parte da água que causa enchente e erosão para o solo, fazendo com que ela se infiltre. **Pág 02**

Projeto que ativa infiltração da água no solo abrange 400 mil hectares de mata

Quando chove, a água tem dois destinos: ou se infiltra no solo ou escoar superficialmente. A água que escoar rapidamente pela superfície leva algumas horas para chegar ao rio e, além de causar erosão e enchentes, não é usada porque só existe quando se tem muita chuva. A água que se infiltra no solo leva alguns meses para chegar ao rio; fica reservada, guardada, e pode ser usada no período seco nas atividades econômicas, como irrigação, indústria e abastecimento das cidades.

Produzir água significa transferir boa parte da água que causa enchente e erosão para o solo, fazendo com que ela se infiltre e fique disponível, meses depois, durante a seca. A explicação é do coordenador de Implementação de Projetos Indutores da Agência Nacional de Águas (ANA), Devanir Garcia dos Santos, que coordena o Programa Produtor de Água.

O programa estimula o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) para produtores rurais, voltado à proteção das bacias hidrográficas. Os projetos apoiados visam a redução da erosão e do assoreamento de mananciais no meio rural, melhorando a qualidade e a oferta de água. A iniciativa da ANA presta apoio técnico e financeiro à montagem dos arranjos de PSA e à execução das ações de conservação de solo e água nos diversos projetos existentes.

A primeira experiência piloto foi no município de Extrema, em Minas Gerais, em 2006. Hoje, o programa conta com 57 projetos em andamento, abrangendo 400 mil hectares de áreas protegidas, e há mais 23 projetos em fase final de contratação.

Segundo Santos, mais de 2 mil produtores recebem por esses serviços ambientais. "No momento em que se tem essa parceria com o produtor, dizendo que ele vai receber para cuidar daquilo que é feito na propriedade, a possibilidade de uma muda virar árvore na área dele é muito maior do que em qualquer outro lugar", disse Santos.

Agropecuária sustentável

Para fazer com que a água deixe de escoar e se infiltre no solo é preciso implementar algumas práticas vegetativas. "É preciso ter cobertura vegetal sobre o solo o ano inteiro para que o impacto da água não cause erosão", explicou o especialista. Santos destacou que a cobertura florestal é a ideal, mas que uma pastagem bem manejada também é uma boa opção, assim como a rotação de cultura na lavoura ou o plantio direto com matéria orgânica.

O importante é não deixar o solo desprotegido, ou seja, praticar uma agricultura e uma pecuária sustentáveis. Além, disso, a propriedade precisa de estruturas que melhorem a infiltração de água no solo, como terraços ou bacias de infiltração, capazes de reduzir a velocidade da água e aumentar o tempo de oportunidade de infiltração no solo, acrescentou.

"As chuvas hoje são intensas e de curta duração, e nosso solo está impactado por uma agricultura que não teve todos os princípios conservacionistas utilizados. Então, tem-se um solo com menor capacidade de infiltração", explicou. "Um projeto como este, que trabalha a manutenção de áreas florestadas ou o

reflorestamento, prevê também uma mudança na forma de praticar a agricultura e pecuária para que sejam mais favoráveis ao solo, além de implantar práticas conservacionistas que aumentam o tempo de oportunidade de infiltração de água no solo", disse.

Segundo Santos, desse modo, independentemente de a chuva ser muita ou pouca, a água estará reservada no solo para o período seco, para ser aproveitada em atividades econômicas a jusante (abaixo do fluxo da água) da propriedade. O Programa Produtor de Água, por exemplo, colabora com o abastecimento de sete capitais: Goiânia, Rio de Janeiro, Campo Grande, Palmas, Rio Branco, São Paulo e Curitiba, além do Distrito Federal. A população impactada chega a 35 milhões de pessoas.

Quem paga

O programa cria um ambiente favorável de estímulo ao produtor para que este implemente práticas conservacionistas, que têm custo, além do próprio PSA. De acordo com o coordenador da ANA, quem paga são os beneficiários dos serviços, como a companhia de água, o comitê de bacia ou a prefeitura do município.

"Quando ocorre essa parceria, fica fácil buscar outros parceiros, organizações que investem em questões ambientais. Fazemos essa aproximação, tem o arranjo local para pagamento de serviços ambientais e tem um arranjo maior de parceiros que financiam as ações", disse Santos. Ele informou que a ANA investe no máximo 25% do valor do projeto. "Assim, se algum parceiro, ou até

mesmo a ANA, sair, o projeto continua."

A agência de águas já disponibilizou R\$ 40 milhões para o programa.

Como participar

Os projetos têm se estabelecido em regiões onde há escassez e conflitos pelo uso da água e, como o programa envolve um instrumento econômico, é preciso ter alguém para fazer o pagamento dos serviços ambientais. Então, os técnicos identificam as necessidades pela água e quem serão os pagadores, explicou Devanir Santos.

De acordo com Santos, após as articulações com os parceiros e arranjos financeiros, a instituição lançará um edital para os produtores rurais da bacia hidrográfica e, aí sim, abrirá oportunidade para que eles se candidatem a ser produtores de água. "O PSA é uma coisa que está se iniciando. Quando vamos falar sobre o programa, todo mundo já entende o mecanismo. Isso vai fazer com que tenhamos um mercado no futuro muito bom para compra de serviços ambientais, aí teremos uma potencialização desses projetos. Hoje, nós temos arranjos artesanais mesmo."

Crise hídrica

Há cerca de seis anos, um alto grau de degradação ambiental e problemas com a escassez de água atingiam a Bacia do Ribeirão Pipiripau, localizada na região nordeste do Distrito Federal. De 2013 para cá, com a articulação da ANA, 175 contratos foram assinados com produtores da região, mais de mil hectares foram reflorestados, 1,4 mil terraços e 1,3 mil bacias de infiltração foram instalados

e 140 quilômetros de estradas foram recuperados.

"Cada unidade dessas contribui para a produção de água. Quando somamos as ações, é uma quantidade muito maior de água entrando e alimentando o lençol freático", disse, sobre o sucesso do programa no Distrito Federal. "Nessa crise do DF, o abastecimento menos falado foi o do Pipiripau. Nesses últimos dois anos de racionamento, o comportamento [dos recursos hídricos] lá foi bastante razoável, o que indica que estamos tendo bons resultados", ressaltou.

O programa no Pipiripau conta hoje com o apoio de 16 parceiros do setor público, da iniciativa privada, da sociedade civil, da universidade e do terceiro setor.

Segundo Santos, durante o 8º Fórum Mundial da Água, que está sendo realizado entre os dias 18 a 23 deste mês, em Brasília, foi articulada uma aliança pela recuperação da Bacia do Rio Descoberto, afetada pela escassez de água no Distrito Federal. "Estamos reunindo todas as iniciativas que já existiam lá e agora, na bandeira do Produtor de Água, estamos trabalhando em um projeto para a bacia como um todo."

Após o mapeamento das ações que precisam ser desenvolvidas e da articulação com os parceiros, será lançado um edital para alcançar os produtores que têm interesse em entrar para o programa. "E então, nós vamos lá com a assistência técnica para elaborar um projeto individual e mostrar as ações que ele pode implementar para melhorar a produção de água na propriedade", explicou.

Agência Brasil

Mudança do clima ameaça vidas nas áreas mais biodiversas da Terra

As regiões mais ricas em biodiversidade do mundo, como a Amazônia e Galápagos, podem perder mais de 50% de suas espécies animais e mais de 60% das espécies de plantas nas próximas oito décadas, se os países não se comprometerem seriamente a reduzir suas emissões de gases causadores do efeito estufa.

A projeção preocupante consta em um estudo histórico publicado na revista científica Climate Change e realizado pelas universidades de East Anglia (Reino Unido), James Cook (Austrália) e pelo grupo ambientalista WWF.

O relatório "A Vida Selvagem em um Mundo Cada Vez mais Quente" analisou o impacto das mudanças climáticas sobre quase 80 mil espécies de plantas e

animais de 35 áreas consideradas prioritárias para a conservação no mundo.

Foram considerados três diferentes níveis de aquecimento: menos de 2 graus Celsius (o limite máximo previsto no acordo de Paris de 2015), 3,2 °C (o aumento provável dado os compromissos nacionais existentes) e 4,5°C (o resultado previsto se as tendências das emissões permanecerem inalteradas).

Segundo o relatório, as chamadas florestas do Miombo, que abrigam os cachorros selvagens africanos, o sudoeste da Austrália e as florestas amazônicas das Guianas são as áreas mais ameaçadas.

Se houver um aumento médio global da temperatura de 4,5°C, os climas nessas áreas deverão se

tornar inadequados para muitas plantas e animais que atualmente vivem nelas. Os resultados pintam um quadro apocalíptico.

Até 90% dos anfíbios, 86% das aves e 80% dos mamíferos poderiam ser extintos localmente nas florestas de Miombo, na África do Sul. A Amazônia pode perder 69% das suas espécies de plantas. No sudoeste da Austrália, 89% dos anfíbios podem se tornar extintos. Em Madagascar, mais de 60% de todas as espécies correm risco de extinção.

Além disso, o aumento das temperaturas médias e a menor precipitação podem se tornar o "novo normal" de acordo com o relatório, com chuvas significativamente menores no Mediterrâneo, Madagascar e no Cerrado-

-Pantanal.

Os efeitos potenciais dessa nova "normalidade" climática podem mudar as condições ambientais para muitas espécies, aumentando por exemplo a pressão sobre o abastecimento de água dos elefantes africanos (que precisam beber de 150 a 300 litros de água por dia), e colocando mais de 90% das áreas de reprodução dos tigres de Sundarbans, um mangue arbóreo formado no delta dos rios Ganges, Bramaputra e Meghna na Baía de Bengala, sob risco de submergirem frente à alta do nível do mar.

Segundo os pesquisadores, os compromissos do Acordo de Paris, feitos por países, reduzem o nível esperado de aquecimento global de 4,5 °C para cerca de 3°C,

o que também reduz os impactos sobre a fauna e a flora mundial. Porém, limitar o aquecimento a 2 °C reserva melhores chances de adaptação aos animais e plantas, e mais ainda se o mundo se empenhar para limitar o aquecimento a 1,5 °C.

O estudo pondera que se as espécies conseguirem migrar para regiões mais propícias, o risco de extinção local diminui, porém a maioria das plantas, anfíbios e répteis, como orquídeas, sapos e lagartos não conseguem se dispersar no ritmo necessário para acompanhar as mudanças em curso. Ou seja, a melhor maneira de proteger contra a perda de espécies é unir esforços para limitar o aumento da temperatura global ao nível mais baixo possível.

Agora é lei: mudanças sobre o controle de incentivo fiscal

A lei que criou regras para a concessão e controle de incentivos fiscais - Lei 7.495/16 - foi modificada, com a alteração em prazos para a prestação de contas das empresas beneficiadas junto ao Sistema de Governança de Incentivos Fiscais e Transparência (Sisgift), órgão do Governo do Estado. A alteração da norma está estabelecida na Lei 7.907/18, sancionada pelo governador Luiz Fernando Pezão e publicada no Diário Oficial do Executivo.

Antes da mudança, as companhias que têm isenções de ICMS deveriam encaminhar até o último dia útil do mês de julho todas as certidões necessárias para usufruir dos incentivos - como licenças e alvarás, por exemplo - além de documentos comprobatórios dos benefícios econômicos e sociais gerados ao Estado no ano anterior. Agora, o Sistema de Governança de Incentivos, criado em abril de 2017, terá 60 dias para regulamentar novos prazos para a avaliação

desses requisitos. Secretário de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico, Christino Áureo afirmou que a mudança foi necessária para garantir a efetivação da norma. "A operacionalização da lei nos mostrou que era preciso modificar os prazos estabelecidos. O Executivo terá totais condições de garantir a fiscalização e operacionalização dos benefícios fiscais", disse.

Além do prazo para que o governo regulamente a prestação

de contas sobre os benefícios - que não existia no projeto original e foi incluído pela Alerj - os deputados fizeram outras mudanças no texto. Uma delas determina que, caso os órgãos estaduais não emitam documentos necessários em até 60 dias a partir da solicitação feita pela empresa, o próprio protocolo desse pedido poderá ser apresentado, com validade de um ano. Presidente da Comissão de Tributação e um dos autores da emenda, o deputado Luiz Paulo (PSDB) afir-

ma que muitas vezes licenças e certidões demoram muito a serem entregues, o que poderia colocar em risco as empresas. "Assim conseguimos proteger os empresários quando o erro for dos órgãos do governo", explicou. Outra mudança incluída por emenda determina que o Executivo encaminhe para a Alerj e para o Tribunal de Contas do Estado (TCE), até o fim do mês de abril, o relatório da verificação e da concessão de incentivos realizada no ano anterior.

Correio da Serra

Logus Ambiental Ltda-Me

C.N.P.J. 07.766.805/0001-90

E-mail: correiodaserra.contato@gmail.com

Av. Edgar Gismonti, nº 90, Centro, Carmo-RJ, 28.640-000

Tel: (22) 2537-0346

Jornalista Responsável: André Salles 003674/RJ

O Correio da Serra não endossa, necessariamente, os conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas por seus colaboradores.

Circulação: Interior do Estado do Rio de Janeiro

Tiragem: 5.000 Exemplares



Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Cantagalo



EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 001/2018
Contratada: Sueli Coelho de Paula
Objeto: Locação de 03(três) vagas de garagem para automóveis.
Valor: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais por cada vaga
Dotação Orçamentária: 33.90.39 / Empenho nº: 013/2018
Data: 02/01/2018 - Prazo: 02/01/18 a 31/12/18

Contrato nº: 002/2018
Contratada: Brasilnet Telecomunicações Ltda EPP
Objeto: Prestação de serviços de internet - 20 mbps, com IP fixo
Valor: R\$ 310,80 (trezentos e dez reais e oitenta centavos) mensais.
Dotação Orçamentária: 33.90.39 / Empenho nº: 018/2018
Data: 03/01/2018 - Prazo: 03/01/18 a 31/12/18

Contrato nº: 003/2018
Contratada: Pixel HJ Serviços e Comercio Ltda-ME
Objeto: Hospedagem, manutenção e atualização do site.
Valor: R\$ 612,00 (seiscentos e doze reais) mensais.
Dotação Orçamentária: 33.90.39 / Empenho nº: 022/2018
Data: 05/01/2018 - Prazo: 05/01/18 a 31/12/18

Contrato nº: 004/2018
Contratada: Logus Ambiental Ltda - ME
Objeto: Publicação de Atos Oficiais
Valor: R\$ 7.980,00 (sete mil, novecentos e oitenta reais) anual.
Dotação Orçamentária: 33.90.39 / Empenho nº: 023/2018
Data: 09/01/2018 - Prazo: 09/01/18 a 31/12/18

Contrato nº: 005/2018
Contratada: Maria Jose Bittencourt Dias
Objeto: Manutenção de central PABX, 4linhas e 24 ramais.
Valor: R\$ 726,00 (setecentos e vinte seis reais) mensais.
Dotação Orçamentária: 33.90.39 / Empenho nº: 029/2018
Data: 01/02/2018 - Prazo: 01/02/18 a 31/12/18

Contrato nº: 006/2018
Contratada: Luciano da Silva Dutra
Objeto: Manutenção de microcomputadores, rede, links, assistência técnica em geral.
Valor: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais.
Dotação Orçamentária: 33.90.39 / Empenho nº: 031/2018
Data: 01/02/2018 - Prazo: 01/02/18 a 31/12/18

Contrato nº: 007/2018
Contratada: Luz e Arte Material Elétrico Ltda
Objeto: Monitoramento e manutenção do sistema de alarme e câmeras.
Valor: 01 ppto proporcional a R\$ 139,72 e 11 pptos de R\$ 599,00 (quinhentos e noventa e nove reais) mensais.
Dotação Orçamentária: 33.90.39 / Empenho nº: 037/2018

Data: 23/01/2018 - Prazo: 23/01/18 a 31/12/18

Contrato nº: 008/2018
Contratada: Promo-Som Promoções e Sonorização Ltda ME
Objeto: Prestação de serviços de manutenção de equipamento de áudio (som e microfones) instalados e utilizados no plenário das sessões.
Valor: R\$ 725,00 (setecentos e vinte cinco reais) mensais.
Dotação Orçamentária: 33.90.39 / Empenho nº: 035/2018
Data: 01/02/2018 - Prazo: 01/02/18 a 31/12/18

Contrato nº: 009/2018
Contratada: Vanessa Soares Macedo 08716347757
Objeto: Prestação de serviços de filmagens das sessões ordinárias e extraordinárias..
Valor: R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) mensais.
Dotação Orçamentária: 33.90.39 / Empenho nº: 037/2018
Data: 01/02/2018 - Prazo: 01/02/18 por 10 (dez) meses sem o período de recesso

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2018

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE CANTAGALO
CNPJ: 31.838.469/0001-28Contratada: AUTO POSTO JAPOR DE CANTAGALO LTDA.
CNPJ: 29.235.744/0001-77

Objeto: Fornecimento de 18.000 (dezoito mil) litros de combustível (gasolina tipo "c"), de acordo com os padrões definidos na legislação vigente, para abastecimento da frota de veículos oficiais da Câmara Municipal de Cantagalo/RJ, no exercício de 2018

Valor: R\$ 4,88 (quatro reais e oitenta e oito centavos) por litro, perfazendo um total de R\$ 87.840,00 (oitenta e sete mil oitocentos e quarenta centavos).

Fundamento Legal: art. 22, II, da Lei nº 8.666/93.

Dotação Orçamentária: 3.3.90.30 – Material de Consumo. Empenho nº: 062 de 8 de março de 2018.

Prazo: 8 de março de 2018 até de 31 de dezembro de 2018.

Data da Assinatura: 8 de março de 2018.

Ocimar Merim Ladeira
Presidente da Câmara Municipal de Cantagalo

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 008/2018.

"Inclui os parágrafos 3º, 4º e 5º ao artigo 37, para criar novas regras a projetos de lei em caráter de urgência."

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Cantagalo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e assim promulga a seguinte Emenda:

Art. 1º - Ficam acrescentados os parágrafos 3º, 4º e 5º ao artigo 37 à Lei Orgânica Municipal de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, com a seguinte redação:

"Art. 37- ...

§3º - O projeto encaminhado pelo Prefeito com solicitação de urgência deverá estar acompanhado de justificativa específica que esclareça o motivo da urgência.

§4º - Recebido o projeto com solicitação de urgência feita pelo Prefeito, será anunciado pelo Presidente da Câmara Municipal na sessão seguinte e, na sessão subsequente será submetido ao plenário para discussão e votação sobre a manutenção ou não do caráter de urgência solicitado.

§5º - A Câmara Municipal, através do seu plenário, poderá retirar o caráter de urgência do projeto solicitado pelo Prefeito, por maioria absoluta de seus membros.

Art. 2º - Esta Emenda à Lei Orgânica do Município entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Cantagalo, em 14 de março 2018.

Ocimar Merim Ladeira
Presidente

José Augusto Filho
Vice-Presidente

Ozeas da Silva Pereira
1º Secretário

Emanuela Teixeira Silva
2º Secretária

Portaria nº 004/2018, de 03 de março de 2018.

"O Presidente da Câmara Municipal de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais",

Resolve:

Exonerar, Ana Carolina Vieira de Jesus, nomeada através da Portaria nº 006/2017, de 02 de janeiro de 2017, do cargo em Comissão de Assistente de Expediente, do Gabinete do Vereador Ozeas da Silva Pereira.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Presidente, em 03 de março de 2018.

Ocimar Merim Ladeira
Presidente

Portaria nº 005/2018, de 04 de março de 2018.

"O Presidente da Câmara Municipal de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais",

Resolve:

Revogar, a Portaria nº 004/2018, de 03 de março de 2018, que exonerou Ana Carolina Vieira de Jesus, do cargo em Comissão de Assistente de Expediente, do Gabinete do Vereador Ozeas da Silva Pereira, retroagindo seu efeito ao dia 03 de março de 2018.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Presidente, em 04 de março de 2018.

Ocimar Merim Ladeira
Presidente

Agricultura suspende temporariamente venda de carne de frango à União Europeia

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento anunciou na sexta-feira (16) a suspensão temporária das exportações de carne de frango da empresa BRF para a União Europeia. A medida atinge três plantas frigoríficas de Santa Catarina, localizadas nos municípios de Concórdia, Chapecó e Capinzal, que ficam impedidas de vender para o bloco europeu.

A medida é preventiva e temporária, enquanto o país presta esclarecimentos sobre as denúncias da terceira fase da Operação Carne Fraca, informou o ministério. "Nesta semana, técnicos do Ministério da Agricultura irão até Bruxelas para

reunião com autoridades sanitárias da União Europeia. A expectativa é que, após o encontro, a medida seja reavaliada", diz nota divulgada pela pasta.

Santa Catarina é o segundo maior produtor de aves do Brasil. No ano passado, a produção, cuja maior parte é destinada ao mercado externo, ficou em 2,1 milhões de toneladas. Segundo a nota, a carne de frango produzida e embarcada antes de 16 de março pode ser comercializada na Europa e consumida sem restrições.

A União Europeia é um importante mercado para a avicultura catarinense e respondeu, no ano passado,

por 15,2% das exportações de carne de frango. No último ano, 147,8 mil toneladas do produto foram destinadas aos países do bloco europeu, gerando faturamento de US\$ 364, 9 milhões.

Em nota, a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), que representa a avicultura e a suinocultura no país, manifesta confiança em uma "efetiva e imediata solução", pelo Ministério da Agricultura, para que se retomem as exportações. A nota destaca que o setor gera 4,1 milhões de empregos diretos e indiretos no país, dos quais 100 mil ligados à BRF. Segundo a associação, a avicultura também contribuiu para o saldo posi-

tivo da balança comercial em mais de US\$ 7 bilhões em divisas.

A associação destaca ainda que a parceria "de longa data" com a União Europeia, para cujos países exportou mais de 5 milhões de toneladas de carne de frango nos últimos 10 anos. "Nunca houve qualquer registro de problemas de saúde pública relacionados à carne brasileira. Não há, portanto, motivos concretos para impor embargos a qualquer empresa de nosso setor, especialmente tratando de fatos passados e que já foram corrigidos", afirma a nota.

Operação Carne Fraca

Deflagrada há um ano, pela

Polícia Federal (PF), a Operação Carne Fraca investiga denúncias de fraudes cometidas por fiscais agropecuários federais e empresários ligados às empresas JBS e BRF. No dia 5 deste mês, na terceira etapa da Carne Fraca, que recebeu o nome de Operação Trapaça, a PF cumpriu 91 ordens judiciais em cinco estados: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e São Paulo. As ações culminaram na prisão temporária do ex-presidente da BRF, Pedro de Andrade Faria, e do ex-diretor e vice-presidente, Hélio Rubens Mendes dos Santos Júnior.

Agência Brasil

Governo vai liberar crédito extraordinário para intervenção no Rio de Janeiro

O presidente Michel Temer reuniu-se com ministros na noite de domingo (18) no Palácio da Alvorada, em Brasília, para tratar do tema segurança pública. Na saída da reunião, o ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira, disse que o governo irá liberar um crédito extraordinário para a intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro. Também

serão liberados mais recursos para o Ministério Extraordinário da Segurança Pública. O ministro afirmou que ainda não foram definidos os valores, nem as fontes do Orçamento que serão usadas.

"Ficou encaminhado da seguinte maneira: nós teremos para o Rio de Janeiro um crédito extraordinário, cujos valores ainda estão sendo levantados

pelo Ministério da Segurança Pública e pelo interventor. Deveremos ter isso até o final desta semana enviado ao Congresso Nacional", disse.

"Além disso, teremos recursos para o Ministério da Segurança Pública nas suas atividades e para implementar sua política junto aos estados e ao sistema de segurança pública. Será feito através de um projeto de lei de crédito

especial que também será enviado até o final da semana. As fontes desse crédito extraordinário ainda não foram completamente definidas. Estaremos nos próximos dias elaborando as fontes dentro do Orçamento que serão remanejadas para atender a essa demanda da área de segurança", informou.

Participaram do encontro os ministros Extraordinário da Segurança

Pública, Raul Jungmann; da Justiça, Torquato Jardim; do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira; da Secretaria-Geral da Presidência da República, Moreira Franco; da Casa Civil da Presidência da República, Eliseu Padilha; e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Sérgio Etchegoyen.

Agência Brasil

Deputado Federal Luiz Sérgio visita Cantagalo e acompanha de perto obras em andamento no município

Em mais uma visita ao município de Cantagalo, o Deputado Federal Luiz Sérgio, recepcionado pelo Prefeito Guga de Paula e sua equipe, pôde nesta oportunidade visitar as obras que estão em andamento graças a recursos destinados para a cidade através de emenda parlamentar proposta por Ele.

Inicialmente visitando as obras de contenção

que estão sendo realizadas na Rua Vereador Francisco Eugênio Viera, do tipo cortina atirantanda. Uma importante obra que visa garantir a segurança de todos nesta localidade bem como assegurar que uma das principais vias do centro do município permaneça sem riscos de deslizamentos sobre a mesma.

Logo em seguida, a visita foi direcionada para

a localidade do loteamento Vila Bela, onde está sendo finalizado um muro de contenção do tipo gabião.

Finalizando esta visita às obras, prosseguiram em direção ao Bairro Morada do Sol, onde estão sendo realizadas as obras de pavimentação asfáltica, implantação de meio fio, drenagem pluvial, calçadas, rampas e sinalizações horizontal e vertical das ruas. Esta

obra era um antigo desejo dos moradores, e também do Prefeito Guga de poder garantir para aquela população um bairro com melhores condições de acesso e infraestrutura.

“É sempre muito bom ver o nosso trabalho trazendo benefícios diretos para a população. Parabéns ao Guga e sua equipe pela competência em aproveitar os recursos destinados pelo meu



Divulgação: cantagalo.rj.gov.br

mandato.” – Declarou o Deputado Luiz Sérgio.

Escrito Por: Bruno Palma

Cordeiro conquista imóvel para o IFF junto ao Governo do Estado

“Uma data para ser muito comemorada”. Essas foram as palavras do prefeito de Cordeiro, Luciano Batatinha, ao deixar o encontro realizado na segunda-feira, 12, no Palácio Guanabara, sede do Governo do Estado do Rio de Janeiro, do qual participou com o governador Luiz Fernando Pezão e o secretário de Educação, Wagner Vícter.

Junto da vice-prefeita, Maria Helena; do secretário estadual de Governo, Affonso Monnerat; do reitor do IFF, Jefferson Azevedo; do deputado estadual, Luiz Martins; e dos vereadores

Furtuoso Lopes, Jussara Barrada e Fabíola Bianchini; e do diretor da Unidade de Formação Cordeiro, Rubens Zanon, Batatinha enfim festeja uma grande conquista educacional para o povo de Cordeiro. “Foi uma grande vitória”, disse.

Atendendo reivindicação das autoridades cordeirenses, o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação, assinou o Termo de Cessão de Uso do Colégio Ítalo Mileno Lopes, localizado no Parque Raul Veiga. Com isso, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) terá autonomia

para utilização do prédio num espaço estadual, que outrora abrigara uma escola agrícola, e que em breve será utilizado para a futura instalação da Escola Técnica de Cordeiro.

Na solenidade de assinatura, o governador Luiz Fernando Pezão lembrou que havia um desejo antigo do povo de Cordeiro e até mesmo de cidades vizinhas para a instalação da Escola Técnica Federal. “Estamos, a partir dessa assinatura de cessão, indo ao encontro dos anseios da população e auxiliando nas demandas de cada município”, decla-

rou Pezão.

Outro a falar sobre os benefícios foi o secretário de Educação, Wagner Vícter, que destacou que a instalação da escola foi possibilitada após inúmeras conversas e que a nova unidade de ensino federal levará muitos benefícios à população. “A instituição irá atender não somente aos cordeirenses, mas também aos moradores de Macuco, Cantagalo, Bom Jardim e Duas Barras, entre outros. Entendo que será um importante polo dos cursos técnicos na Região Serrana”, reforçou Wagner Vícter. Jefferson Azevedo,



Divulgação

Prefeito, vice-prefeita e comitiva cordeirenses conversam com o secretário

reitor do IFF, acrescentou que a nova escola será a porta de entrada dos estudantes para cursos técnicos e formação continuada. “Hoje a educação profissional é apontada como a

chave-mestre para o futuro. Por isso, essa escola será tão importante”, apontou o reitor.

IMPRENSA CORDEIRO
CIDADE
EXPOSIÇÃO

Pesquisadores encontram possível causa da insônia

Um novo estudo indica que a insônia pode ser hereditária. Conduzido por Murray Stein, da Universidade da Califórnia São Diego, o levantamento científico abrangeu a análise de DNA de 33 mil soldados americanos, que têm mais problemas para dormir do que a média da população nos Estados Unidos (50% e 20%, respectivamente). Segundo a OMS, 40% dos brasileiros têm distúrbios do sono.

Outros estudos, feitos com gêmeos, já relacionaram os distúrbios do sono com a herança genética, mas a análise mais recente foi feita com o objetivo de identificar os genes envolvidos no processo.

O relatório liga a insônia a variações genéticas no cromossomo 7, perto do AUTS2 (cromossomo re-

lacionado ao consumo de álcool), e no cromossomo 9 de pessoas com ascendência Europeia.

“Um melhor entendimento sobre as bases moleculares da insônia será crítico para o desenvolvimento de novos tratamentos”, de acordo com Stein.

Entre as descobertas adicionais, os pesquisadores apontam que existe uma ligação entre a insônia e a diabetes tipo 2. Fora isso, no caso das pessoas que são herdeiras genéticas de europeus, o distúrbio foi relacionado com a depressão.

Vale notar que fatores externos também podem ocasionar a insônia, como consumo de cafeína em excesso, rotina de trabalho irregular e medicamentos.



Divulgação

Agora é lei: regras para uso de asfalto ecológico em rodovias estaduais são alteradas

A Lei 7.617/17, que prioriza o uso de asfalto produzido com borracha de pneus reciclados, acaba de ser alterada. A modificação foi feita através da Lei 7.913/18, que adéqua a norma anterior às regras técnicas de engenharia do Departamento de Estradas de Rodagem do Rio de Janeiro (DER-RJ). A medida, de autoria dos deputados André Ceciliano (PT), Carlos Minc (PSB) e Wanderson Nogueira (PSol), foi

sancionada pelo governador Luiz Fernando Pezão e publicada no Diário Oficial do Executivo. O texto determina que a massa asfáltica usada na pavimentação de rodovias estaduais e na construção e recuperação de vias públicas seja produzida preferencialmente a partir de pneus reciclados, de acordo com os percentuais de mistura definidos pelo DER-RJ. Além disso, o asfalto deverá ser produzido no canteiro de obras

e fabricado por empresas contratadas pelo órgão ou membros autorizados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). “A gente aprimorou essa lei já aprovada aqui na Assembleia. O uso do pneu melhora a qualidade do asfalto, é mais econômico e é ecologicamente correto, porque dá uma utilidade a um material que é muito prejudicial ao meio ambiente quando mal descartado”, explicou Ceciliano.



Divulgação